

A PRESENÇA DAS MULHERES IDOSAS NO MOVIMENTO DOS/AS APOSENTADOS/AS E PENSIONISTAS NA BAHIA

Eulália Lima Azevedo*

Resumo

O/as idosos/as do país continuam se empenhando através do movimento político organizado dos(as) aposentados(as) e pensionistas para garantir sua voz no contexto de participação democrática. A disposição de enfrentamento político dos velhos e velhas nascida, em grande parte, ainda na juventude, mantém-se de formas diversas, adequando-se ao curso das mobilizações no seio da luta política que reivindica direitos de trabalhadores(as) no centro da histórica luta entre trabalho e capital. Uma nova representação da velhice se constitui nesse processo. Essa geração de velhos trabalhadores moldaram suas experiências, enquanto atores políticos, na condição de militantes e dirigentes nos sindicatos. Em dadas circunstâncias, em função de fatores objetivos, desprenderam-se do movimento sindical e construíram seu caminho próprio. Confiantes nas suas possibilidades, se apresentaram como interlocutores de seus pares junto aos poderes constituídos. Trago para esta discussão a participação das mulheres velhas que vincaram suas vidas nas imposições de gênero, e vieram também trazer ao movimento suas especificidades no entendimento das demandas das pessoas que envelhecem. Apresentam-se sob a motivação do voluntariado, pensam em ajudar na Associação dos Aposentados e Pensionistas; “a associação é pobre” não pode pagar nada pelo trabalho que elas fazem. Foco este trabalho na reflexão sobre a peculiaridade de atuação das mulheres idosas. Elas trazem para o espaço pautado genuinamente pela luta política, o movimento dos (as) aposentados(as) e pensionistas, a singularidade do cuidado já expresso no texto de Idma (1992). Tomo por base as observações que faço das interpretações que homens e mulheres idosos(as) fazem das suas vivências nesse movimento sob a influência da COBAP, em Salvador/Bahia.

Palavras - chave: Aposentadoria; cuidado, Gênero, gerações, velhice

Abstract

The country's elderly continue to work through the organized political movement of retirees and pensioners to ensure their voice in the context of democratic participation. The disposition of political confrontation of the old born, still in the youth, remains of diverse forms adapting itself to the course of the mobilizations in the political struggle that claims the rights of the workers in the center of the historic struggle between labor and capital. A new representation of old age is constituted in this process. This generation of old workers shaped their experiences, as political actors, as militants and leaders in the trade unions; Under certain circumstances, because of objective factors, they broke away from the trade union movement and built their own path; Confident in their possibilities they presented themselves as interlocutors of their pairs next to the constituted powers. I bring to this discussion the participation of the old women who have credited their lives to the impositions of gender, and also came to bring to the movement their specificities in understanding the demands of the aging people. They volunteer to volunteer and think about helping in the Association of Retirees and Pensioners; "The association is poor" cannot pay anything for the work they do. Focus on this work in the reflection on the peculiarity of the performance of the elderly women. They bring into the space ruled genuinely by the political struggle, the movement of retirees and pensioners, the uniqueness of care. I base my observations on the interpretations that elderly men and women make of their experiences in this movement under the influence of COBAP in Salvador / Bahia.

Key – words: Retirement; care, gender, generations, old age

* Bióloga de formação, mestra e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, assessora especial do gabinete da Secretaria de Políticas Para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/A), pesquisadora associada do Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/ UFBA.

INTRODUÇÃO

As mulheres estão, sim, presentes no movimento dos aposentados(as) e pensionistas, especialmente nos Fóruns em Defesa da Pessoa Idosa. Acontece, porém, que o sentido que elas identificam no movimento não é o mesmo que lhe conferem os homens idosos.

A disposição de enfrentamento político dos velhos aposentados surgiu no seio do movimento sindical, espaço de luta política que reivindicava direitos dos(as) trabalhadores(as). O movimento sindical daquele período trazia em suas pautas, tanto as demandas daqueles que estavam em atividade, quanto dos que já haviam se retirado da vida laborativa – os(as) aposentados(as), na medida em que as questões relacionadas à Previdência Social eram ponto relevante, sempre presente nas negociações entre os sindicalistas e o patronato.

E as mulheres idosas do movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas, como estruturaram suas experiências?

A vida pública, seus embates, conflitos, articulações, negociações e decisões, foi sempre o palco definido, pela sociedade, para os homens ocuparem. Assim, do ponto vista da vida profissional, eles ocupam os postos mais valorizados socialmente, são dirigentes, assessores, com tempo suficiente para a inovação e invenção. Enquanto as mulheres têm, quase sempre, a vida dedicada aos limites do trabalho no âmbito privado.

Com base nas considerações acima, partimos do entendimento de que as relações de gênero, historicamente, têm imposto lugares diferentes para homens e mulheres. E devido a essa imposição social de gênero, as idosas do movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas, sob a influência da Confederação Brasileira dos Aposentados (COBAP) na Bahia, forjaram outras concepções no movimento, advindas, sobretudo das lidas cotidianas no espaço restrito ao doméstico, o “seu” espaço. Ali elas se construíram, não para expor suas opiniões, suas vontades, seus anseios, seus gostos, em contraposição a quaisquer outros que não condiziam aos seus desejos ou

percepções. Ali, também, lhes foi imposto a conformação de sentimentos afeitos ao apoio e à atenção ao outro, ou seja, ao cuidar. Sentimentos sempre voltados ao universo da reprodução. E dessas mulheres, as que foram inseridas no mundo do trabalho formal foram conduzidas, prioritariamente, às atividades tradicionalmente relacionadas ao fazer “feminino” nas áreas da saúde, educação, serviços sociais, não fugindo aos estereótipos de gênero que ainda perpassa toda a sociedade.

A LUTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O movimento dos aposentados (as) e pensionistas na Bahia¹ e no Brasil surgiu na década de 1980 no contexto da ebulição do movimento dos(as) trabalhadores(as), com a eclosão das greves de 1979 e 1980. Essas greves marcaram o alvorecer de um tempo novo, a redemocratização do país, após os anos difíceis vividos na ausência total de liberdade, sob a ordem imposta pelo golpe militar de 1964. Os velhos(as) trabalhadores(as) se viram desamparados na nova organização sindical que foi aos poucos se constituindo. As problemáticas que surgiam no âmbito da proteção social inserida na Previdência Social pública, deixaram de ser incluídas nas pautas de reivindicação do “novo Sindicalismo”. A aposentadoria, ainda distante desses jovens entusiasmados com esse novo contexto, não lhes fazia sentido.

Os(as) velhos(as), então, decidiram organizar seus próprios instrumentos de luta política. Criaram associações por categorias profissionais, federações por estado e uma confederação nacional para enfrentar as definições do estado que suprimia seus direitos a uma vida digna. Com essa estrutura eles(as) tomaram as ruas de todo o país em defesa da Previdência Social Pública, conjunto de normas e regras legais que regulamenta os direitos a uma vida digna para aqueles que envelhecem no exercício do trabalho formal.

As políticas de Previdência Social Pública no Brasil tem o trabalho como um elemento comum que define a garantia dos seus benefícios, ou seja, a capacidade e

¹ Nos parágrafos deste subtítulo tomei por base AZEVEDO, 2005; AZEVEDO, 2010. Os dados desse movimento são discutidos com maior detalhamento nesses trabalhos.

possibilidade de acesso aos direitos. A renda dos(as) trabalhadores(as) em situação de risco social em função da ausência do trabalho está subordinada à contribuição para manter o sistema. O valor das prestações dos benefícios é proporcional ao valor da contribuição. Desse modo, as políticas de Previdência no Brasil se constituem num sistema de seguro social, semelhante aos seguros privados. O acesso a essas políticas está diretamente condicionado aos recursos que o financiam, isto é, a contribuição dos empregados e empregadores de acordo com a folha de salário.

As políticas previdenciárias no Brasil foram iniciadas em 1923, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), organizadas por empresa e se ampliaram com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), organizadas por categoria profissional a partir de 1933. Todo esse sistema se unificou no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, em pleno regime militar. Um elemento que caracteriza a origem do sistema de proteção social no Brasil, bem como em toda a América Latina é a sua relação com o sindicalismo. Assim, as categorias mais organizadas, com maior força política devido ao seu peso relativo no processo de produção, foram as primeiras a conquistar direitos de proteção social.

Várias mudanças, como dito, foram ocorrendo no sistema de proteção social no Brasil. Primeiro, a organização por empresa, as Caixas de Aposentadorias e Pensões sob a gestão dos próprios trabalhadores de forma colegiada, sem a ingerência do Estado. Em seguida, ampliou-se a organização por categoria profissional, criando os Institutos de Aposentadorias e Pensões que passaram a ser controlados pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Competia a esse Ministério referendar a escolha e nomeação dos presidentes dos diferentes Institutos. A cada presidente cabia designar um dos funcionários do próprio Instituto para exercer a função de secretário do Conselho Administrativo. Finalmente, a unificação em um único Instituto, o Instituto Nacional de Previdência Social, quando o Estado passa a centralizar totalmente a gestão dessas políticas.

Imprime-se, assim, um caráter controlador da radicalidade do trabalho, nos momentos em que os conflitos gerados no âmbito das relações de produção tornam-se mais exacerbados. No entanto, apesar de todo

controle, avanços foram sendo conquistados e o mais significativo foi a adoção do conceito de Seguridade Social na Constituição de 1988, inserindo aí as políticas de Previdência, Saúde e Assistência. Reiniciávamos ali a tentativa de construção de um Estado de Bem-Estar Social. Ainda que o debate sobre a crise desse modelo de Estado viesse ocorrendo, no mínimo, desde a década de 1970, pensávamos em negar a tese de que nunca houve um Estado de Bem-Estar Social na América Latina. Não foi possível a concretização do nosso propósito. A onda neoliberal nos atingiu e logo várias reformas contrárias aos anseios do povo foram implementadas, inclusive uma da Previdência Social Pública durante o governo Fernando Henrique Cardoso iniciado em 1995 (SOARES, 2003). Naquele período, a narrativa principal se centrava no ataque ideológico ao Estado e a tudo o que era público, objetivando sustentar a supremacia do mercado.

A parti dali, o movimento dos(as) aposentados(as), que já vinha de uma grande vitória, a correção do valor das aposentadorias conhecida como “mobilização pelos 147%”, incluiu como ponto principal de sua pauta a defesa da Previdência Social Pública, a luta contra a sua privatização. Em Salvador /BA os protestos ocorriam em grandes passeatas e atos públicos. Como exemplo, podemos citar as manifestações que ocorriam em frente ao prédio que sedia o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) às terças-feiras.

Ao microfone vários discursos eram proferidos por velhos trabalhadores aposentados como uma forma de resistência para defender seus direitos. Diziam que a Previdência, como o maior patrimônio dos trabalhadores brasileiros, considerado o sistema de maior distribuição de renda do País, não podia ser privatizada para atender à ordem ditada pelas políticas neoliberais em curso no país e em toda a América Latina. Naquele momento, prevalecia como proposta prioritária do projeto político do governo a apologia do privado, apresentado como alternativa para o ajuste fiscal.

Vivemos durante 13 anos sob um governo de feição popular, ainda que o mesmo tenha ampliado a reforma da Previdência Social Pública para atingir o regime próprio adotado pelo setor público, sob os protestos dos(as) trabalhadores(as). Estamos novamente, todos(as) os cidadãos e cidadãs brasileiros(as) sob o

comando das elites que ganharam as eleições de outubro de 2018 e estão se preparando para dar andamento, em janeiro de 2019, a um governo assentado nos princípios da ultradireita. Está se avizinando um retrocesso político-ideológico maior do que o já vivido pelo País, desde o início do governo Michel Temer. A tendência é aprofundar a supressão de direitos de todos que vivem do trabalho, especialmente as mulheres. Uma nova reforma da Previdência Social Pública, que aguarda no Congresso a posse do novo presidente para ser aprovada, ameaça o direito à aposentadoria de um grande contingente de trabalhadores, cuja perspectiva é envelhecer no trabalho sem se aposentarem, sobretudo as mulheres.

Azevedo (2017) discute a desvantagem maior das mulheres com a reforma da Previdência proposta, dizendo que a redução da

... diferença entre a idade de aposentadoria para homens e mulheres deixa de reconhecer as desvantagens que as mulheres acumulam com a divisão sexual do trabalho. Deixa de levar em conta que elas ocupam os postos de trabalho mais precários, recebem os mais baixos salários, estão em maior índice fora do mercado de trabalho, vivem as piores condições de trabalho - trabalho intermitente, maioria no trabalho não remunerado, como o doméstico, cuidado de pequenos animais e hortas para sobrevivência da família na zona rural. Em 2015, 54,0 milhões de pessoas estava fora do mercado de trabalho. Cerca de 69,0% eram mulheres. Mais da metade tinha 50 anos ou mais de idade: 21,1% entre 16 e 24 anos; 15,0% entre 25 a 39 anos; 10,1% entre 40 e 49 anos; 51,8% não tinha instrução ou tinha apenas o ensino fundamental completo. (PNAD 2015).

A pouca participação econômica das mulheres, devido a inserção desigual entre elas e os homens no mercado de trabalho, implica na redução da capacidade contributiva para a previdência social; isto significa o aumento significativo das mulheres sem a proteção de um benefício de aposentadoria quando envelhcerem. As atividades relacionadas com os afazeres domésticos e cuidados impactam negativamente a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Os ajustes de “tempos” entre trabalho remunerado e não remunerado intensificam as tensões que afetam a saúde, reduzindo o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres. Em que condições de saúde as mulheres chegarão aos 62 anos? E os homens aos 65? Especialmente se levarmos em conta as condições precárias de vida da população das camadas populares da região nordeste, sobretudo, as mulheres negras? O que restará após a aposentadoria?

Entretanto, o movimento dos aposentados(as) e pensionistas na Bahia não tem valorizado as discussões sobre a especificidade dessas perdas para as mulheres. No Encontro Nacional dos Fóruns em Defesa da Pessoa Idosa ocorrido na Bahia em 2017, com participação majoritariamente de mulheres, estive participando de uma Mesa sobre a referida proposta da reforma da Previdência Social Pública, na qual eu tratava dessa problemática. A Coordenação da Mesa não permitiu que

eu cumprisse o tempo estabelecido para concluir a apresentação, nem que se abrisse para o debate com a plenária, porque a prioridade era a apresentação de um grupo de dança constituído por mulheres velhas ali presentes. Houve a reivindicação de alguns poucos homens para o debate, mas a apresentação cultural foi mais atrativa que o tema a se debater.

O CUIDADO MARCA A TRAJETÓRIA DAS MULHERES IDOSAS NO MOVIMENTO DOS(AS) APOSENTADOS(AS)

O trabalho do cuidado, socialmente atribuído às mulheres está profundamente impregnado em suas consciências, de modo que elas assumem com naturalidade o fato de serem interpeladas para o cumprimento dessa tarefa em quase todas as fases de sua trajetória de vida.

A definição do cuidado aqui neste texto segue a formulada pelo colóquio internacional ‘Teorias e Práticas do Cuidado’, realizado em Paris/junho de 2013, segundo Kergoat (2016).

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.

Referindo o cuidado como “trabalho”, as teóricas feministas imprimiram novas dimensões a este conceito, extrapolando a produção unicamente de objetos, de bens para a valorização do capital. O trabalho foi redefinido para alcançar a produção para todas as necessidades da vida humana, conformando um novo conceito ‘produção do viver em sociedade’ (GODELIER, 1984; HIRATA e ZARIFIAN, 2000, apud KERGOAT, 2016). “Trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transformar-se a si mesmo. O trabalho torna-se assim uma *atividade política*.” (KERGOAT, 2016 p: 18)

A mesma autora enfatiza o grau de complexidade que está envolvido no exercício desse trabalho, bem como no analisar, falar e pensar sobre essa temática, na medida em que sua abordagem mobiliza várias disciplinas e as ferramentas que a sociologia clássica

oferece não são suficientes para abarcar a totalidade desse objeto.

Para dar conta da complexidade inerente à compreensão do trabalho do cuidado torna-se imprescindível apreendê-lo sob a perspectiva das relações sociais imbricadas na sua conformação. A interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) se apresenta como uma ferramenta teórica adequada para apreender a interconexão das relações de gênero, raça, classe social e geração que constituem o cotidiano das trabalhadoras do cuidado.

Como os estudos e a observação prática indicam, o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado recaem quase inteiramente sob a responsabilidade das mulheres. Persiste a ideia tradicional de que são elas as únicas ou as principais responsáveis por essas tarefas, não obstante terem sempre assumido outros trabalhos, tanto no lar como fora dele. Hirata (2016), em um estudo comparativo no Brasil e na França sobre o cuidado em domicílio constatou que do efetivo entrevistado, 100% no Brasil e 95% na França, era constituído por mulheres distribuídas numa faixa etária entre 18 e 25 anos: 21% e com mais de 50 anos: 33% em ambos os países. Com relação à escolaridade, o nível de instrução escolar e profissional era mais elevado na França. No Brasil, as trabalhadoras com apenas o ensino fundamental incompleto formavam 40%, e 7% com fundamental completo, mas quase 20% eram diplomadas em auxiliar de enfermagem.

Trata-se, como indicam as pesquisas, de uma ocupação feminina, mal remunerada, inserida no estatuto do trabalho precário, quase sempre informal. Deve-se tal condição, nos termos de Hirata (2016), ao não reconhecimento social do nível de qualificação e competência da cuidadora(or), visto que há insuficiência de especialização e formação profissional nesse campo, e no caso brasileiro, uma grande dificuldade de autorreconhecimento como cuidadora. Geralmente, as fronteiras do trabalho do cuidado, no Brasil, se mesclam com as de outras ocupações domésticas.

O envelhecimento da população na atualidade e consequente aumento dos anos vividos na velhice dependente, impõem novas pressões sobre as necessidades de cuidado. E na medida em que,

simultaneamente, ocorre o crescimento do número de pessoas sem acesso à proteção social, a manutenção da organização e das condições de trabalho nos moldes tradicionais aprofundam as dificuldades para que, especialmente, as mulheres consigam desenvolver a plenitude de suas potencialidades de trabalho e desfrutar, sem tensões, a vida pessoal e familiar.

Com o aumento dos domicílios nos quais as mulheres figuram como referência, a oferta de cuidado se torna insuficiente, enquanto não se redefinir a distribuição do trabalho do cuidado entre homens e mulheres. Já se começa a antever nas pesquisas essa realidade, como bem retrata BRITTO da MOTTA (2016), em sua pesquisa sobre centenários e a geração pivô, na qual analisa as relações de gênero e entre gerações, focando a geração intermediária entre pais idosos e filhos e/ou netos mantidos sob seu cuidado ou dependência.

A constatação de algo muito recente, o aumento do número de homens assumindo o trabalho do cuidado, sobretudo em termos de profissionalização – o que não significa simplesmente, e mais uma vez na História, a realização da velha tendência social de os homens desbancarem as mulheres e assumirem os postos ocupacionais mais privilegiados ou afluentes no mundo do trabalho (conforme a importante análise de Evelyne Sullerot, (1970)), mas ao mesmo tempo fazerem isto no caminho da perda, motivados pelo crescimento do desemprego ou pela retração das oportunidades de emprego formal.

Na busca de informação local sobre homens cuidadores domésticos, a referida autora localizou inicialmente dois casos, que foram objetos de entrevista. Discutindo especialmente o padrão recém-encontrado na sua pesquisa do idoso cuidando de outro idoso, encontrou:

... a longevidade da situação de casal (ou de casados), propiciando, mais ou menos obrigatoriamente, o cuidado de mulheres com problemas graves ou crônicos de saúde, por homens, seus maridos ou companheiros.

A promoção da igualdade de gênero implica em se estabelecer um equilíbrio na relação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar. Essa dimensão social se constitui como estratégia central para a ruptura da separação lar versus trabalho, determinante de uma hierarquização do mercado de trabalho, dos salários, bem como da reprodução de uma sociedade marcada pelas desigualdades e discriminações de gênero. Abramo e Valenzuela, (2016), ao discutir a crise do cuidado na América Latina destacam que pouco se modificou o modelo de família no qual os homens não se responsabilizam pelo trabalho do cuidado e as

mulheres estão o tempo todo disponíveis para necessidades familiares. Enfatizam que:

A crise de cuidado não pode ser resolvida sem uma efetiva redefinição das cargas e responsabilidades relativas ao trabalho remunerado e ao trabalho não remunerado e de cuidado, assim como de responsabilidades do Estado de prover o apoio necessário à reprodução social. Esse processo envolve, portanto, as famílias, as unidades produtivas e as ações estatais reguladoras, fiscais e de provisão de serviços sociais. (ABRAMO e VALENZUELA, 2016)

Ao debater sobre o discurso de gênero que produziu a mulher trabalhadora como objeto de investigação e como tema de história, Scott (1991) faz entender que a entrada das mulheres no mercado de trabalho fabril foi acompanhada da produção, através do discurso sobre o gênero, da separação lar versus trabalho e emergiu daí a figura da mulher trabalhadora. Esse debate sobre a mulher trabalhadora ganha destaque sem precedentes no século XIX, período no qual passa-se a documentar e debater se o trabalho assalariado é conveniente para as mulheres, colocando dúvida até quanto a sua moralidade e legalidade. Assim, vai-se afirmando a narrativa da conciliação difícil e até mesmo impossível entre produção e reprodução. Essa mudança presumida do local de trabalho, nesse período histórico, constituiu os termos que legitimaram a mulher trabalhadora como problema, negando continuidades, obscurecendo a diversidade entre as experiências das mulheres, apresentando-as todas como iguais. As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho eram acentuadas, na medida em que o sexo era tomado como única razão para tais diferenças. Não se levava em conta outros fatores, como as flutuações econômicas e as questões do mercado relacionadas à oferta e à procura, dentre outras.

As práticas dos empregadores, a política e práticas dos sindicatos, o discurso da economia política e a ação do Estado, segundo, Scott (1991), constituíam base para a produção do discurso da divisão sexual do trabalho, na medida em que a contratação de mulheres significava que as empresas buscavam a redução de custos. Nesse sentido, sempre que havia postos de trabalho a serem preenchidos, além da qualificação e idade requeridas, a chamada normalmente especificava também o sexo do trabalhador. Se a chamada ocorresse nos Estados Unidos a raça e a etnia também eram objeto de especificação. E assim sucessivamente foi-se constituindo uma força de trabalho segregada por sexo,

através da organização espacial do trabalho que concentrava as mulheres em certas ocupações e em certos setores do mercado de trabalho. Considero que essa foi uma estratégia utilizada pelos empregadores para permitir mais facilmente as hierarquias de salários entre os sexos e por esse meio alcançar custos mais baixos e maior reprodução do capital.

O discurso da economia política, também no século XIX, legitimava as práticas dominantes que distinguiam a força de trabalho segundo o sexo. Os economistas como Adam Smith, por exemplo, argumentavam que o salário do homem tinha de ser o bastante para manter o seu próprio sustento e o de toda a sua família, para garantir, desse modo, a reprodução da força de trabalho. O salário da mulher, pelo contrário, tinha de ser o suficiente para garantir a sua própria subsistência, vez que ela obrigatoriamente prescindia de tempo para a necessária atenção a seus filhos. Esses economistas propuseram, assim, dois sistemas diferentes para calcular o valor do trabalho. Tais sistemas que persistem até nossos dias, foram justificados em termos de uma divisão sexual do tipo de ocupação, baseada na biologização das diferenças sociais entre homens e mulheres. (SCOTT, 1991)

“O trabalhador” masculino apresentado, ainda segundo Scott (1991), como o modelo de trabalhador, associado a uma única ocupação na sua trajetória laboral, ao passo que as mulheres eram associadas a “carreiras interrompidas”, impunha uma vinculação incontestável entre diferenças biológicas e as diferenças das funções entre homens e mulheres. A condição social da mulher como mãe, dona de casa e cuidadora resultava da sua estrutura física e, portanto, ela trazia por natureza uma inadequação para se tornar uma boa trabalhadora da produção e também uma boa sindicalista. A partir da naturalização dessas diferenças, através do discurso, da política, das práticas e leis, a organização social nelas assentada também é legitimada e institucionalizada. A legislação protetora instituída pelo Estado também teve como efeito reafirmar o trabalho domiciliar como próprio da mulher, vez que somente ao trabalho fabril e àqueles postos de trabalho ocupados predominantemente por homens se limitava as horas de trabalho feminino e proibia o trabalho noturno. Na medida em que o Estado define o trabalho reprodutivo como o apropriado para a mulher, reafirma o seu papel

secundário no trabalho produtivo e se institucionaliza a divisão sexual do trabalho como uma forma de contrapor produção e reprodução, homens e mulheres.

TRABALHADORAS, POLÍTICAS, MAS AINDA CUIDADORAS

As transformações decorrentes do processo de entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho fabril, como visto, se refletem na organização do mercado de trabalho, bem como na demanda por políticas públicas que não são pensadas para dispensar as mulheres das tarefas tradicionais de cuidadoras.

De acordo com esta imagem tradicional de cuidadora impregnada na consciência das mulheres e na ausência de políticas públicas que atendam à demanda por cuidado, as idosas entendem ser este o seu papel no movimento político dos aposentados(as) e pensionistas na Bahia. A observação desse movimento, como bem retratado em Azevedo (2005), deixa registros das suas falas, atividades e motivação principal para que participem do mesmo. Por exemplo, a Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia/Casa dos Aposentados e Pensionistas (ASAP/CAP) iniciou as suas atividades em outubro de 1992 sob a forma de um clube. A presidenta dessa associação observa que ela começou a se questionar por que as pessoas faleciam com tão pouco tempo após a aposentadoria? Concluiu que os(as) idosos(as) eram acometidos de depressão severa assim que se aposentavam. Propôs, então, criar um espaço para proporcionar aos colegas uma oportunidade de continuarem a convivência entre si. Havia necessidade de se pensar e cuidar do emocional dessas pessoas que perdiam o sentido da vida quando deixavam de trabalhar. E ela convocou um grupo de colegas aposentados(as) e disse: “a gente vai formar um Clubinho, a gente vai fazer festa, comemorar aniversário, a gente vai viajar”...(2002)

A associação elaborou um projeto para trabalhar as famílias, cujos jovens, netos e bisnetos são usuários de drogas e que têm problemas com noras, genros e filhos. A sua presidenta informa que os problemas familiares têm muito impacto na qualidade de vida da pessoa idosa e por isso a associação montou um setor jurídico para dar acompanhamento ao(à) idoso(a) no Ministério Público, na Justiça, na Polícia para propiciar-lhe uma

vida mais tranquila. A situação da família do idoso(a) da ASAP/CAP, segundo a presidenta, tem dado muito trabalho ao setor jurídico, inclusive para resolver casos de cativo. A ASAP/CAP foi assim fundada para se constituir em um espaço de cuidado no qual os(as) aposentados(as) e pensionistas da Previdência Federal na Bahia se encontram sob a direção de mulheres. Fazem festas, dançam, realizam exercícios físicos, jogos, artes, canto em coral, costuras e bordados, desfiles, etc.

Posteriormente a ASAP/CAP se incorporou ao movimento político dos aposentados e pensionistas da Bahia. A Associação de Pensionistas e Aposentados da Previdência na Bahia (ASAPREV-Ba), ainda sob a direção do Sr. Gilson Costa, trabalhou dedicadamente para a unidade desse movimento político e conseguiu aglutinar, sob a sua coordenação, várias outras associações de aposentado(as) e outros grupos de idosos, organizados em torno de uma única bandeira: a defesa do direito a uma vida digna para velhos e velhas. A consolidação da Previdência Social Pública figura como eixo central dessa luta política de proteção à velhice. Dentre as organizações de idosos que compõem o movimento dos aposentados(as) e pensionistas na Bahia vale destacar a Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Petrobrás (ASTAPE); Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas da Bahia (FEASAPEB); Grupo de Aposentados e Pensionistas do SESI; Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia/Casa dos Aposentados e Pensionistas (ASAP/CAP); Associação de Pensionistas e Aposentados da Previdência na Bahia (ASAPREV-Ba), que coordena o movimento, dentre outras.

A maioria das idosas que participam do movimento dos(as) aposentados(as) e pensionistas preocupa-se com a situação de dificuldade e carência que acompanha a velhice de muitas pessoas. A presidenta do grupo de aposentados e pensionistas do SESI de Caminho de Areia, Salvador/Bahia expõe que durante seu mandato ela montou uma cozinha para preparar lanche para os(as) aposentados(as) que frequentavam o grupo. Quando eles(as) chegavam, tinham café com leite e biscoito, o mingau, tanto pela manhã quanto à tarde e para alguns(as) era tudo o que comiam no dia. Ali os(as) velhos(as) passavam todo o dia se distraindo com os

jogos de dama, dominó e muitos outros. Conta que organizou também um departamento de assistência domiciliar para o grupo de aposentados(as) e pensionistas. Quando um(a) velho(a) adoecia, e não tinha condição de se tratar devidamente, ela reunia sua diretoria e decidia fornecer-lhe remédio, lençol, colchão e cesta básica e o cuidado necessário era oferecido através de visitas domiciliares e os recursos de um fundo reservados para essa finalidade.

Para concluir, quero dizer que vou ficando com a ideia de que não há porque se estranhar o comportamento dessas velhas senhoras, considerando que se construíram como sujeito em uma trajetória de vida pautada nos papéis de gênero socialmente significados para sustentar diferenças entre homens e mulheres. A separação entre lar versus trabalho que discursivamente produziu a mulher trabalhadora como problema, nos termos de Scott (1991), reforçou o entendimento de que o destino social da mulher, condicionado pela sua estrutura física, era o de cuidadora, mãe e dona de casa. Essa lógica constitui a subjetividade da grande maioria das mulheres, sobretudo daquelas que vivem hoje a velhice. Ainda quando escolhem atuar num espaço público de luta política elas não conseguem romper com as amarras tradicionais que o gênero impõe, na intersecção com as de geração e de classe social, significadas pela moral oriunda das camadas populares e setores das camadas médias.

O sentido diferenciado que mulheres e homens dão ao movimento político dos aposentados e pensionistas, reflete a forma desigual com que o gênero talhou a sua inserção no mundo. Observou-se nesse movimento que na consciência das idosas está a motivação para o cuidado. Em sua maioria, justificam ter buscado essa atividade como uma forma de preencher o tempo livre de que dispõem, como uma forma de “ajudar como voluntária”, mas quase nunca apresentam a reivindicação de direitos como motivação principal para a sua presença. Os homens, ao contrário, não falam em ajuda, sempre referem o movimento como uma questão de luta política para garantia de uma vida mais digna.

REFERÊNCIAS

ALVES, Idma Pereira. **Idosos em movimento (a conquista de um direito)**. 1992. Curso Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia, 1992.

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Helena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual, In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa.(Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais**. São Paulo, Boitempo, 2016. p.113 - 123

AZEVEDO, Eulália Lima. **Aposentados em movimento: tensões e convergências com o movimento sindical**. 2005.190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

_____. **Um palco de múltiplas vozes: a nova invenção dos/as idosos/as em luta pela cidadania**. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 2010.

_____. DIRETAS JÁ! O clamor da sociedade civil pela ordem democrática. Trabalho apresentado na VIII *Jornada internacional de Políticas Públicas: 1917-2017, um século de reforma e revolução*. **Anais** ISSN 2175-280X, São Luis do Maranhão, 2017.

BRITTO da MOTTA. Apontamentos sobre o cuidado no masculino. In: DIAS, Alfrâncio Ferreira; SANTOS, Elza Ferreira, CRUZ, Maria Helena Santana (orgs). **Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas**. – 19º REDOR: Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero [Livro eletrônico]. Campina Grande, Realize Eventos Científicos e Editora, 2016, p. 663-677.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, 2002, p. 171-188

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa.(Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais**. São Paulo, Boitempo, 2016. p.193-202.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa.(Orgs).**Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais**. São Paulo, Boitempo, 2016. p. 17-26

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michele; FRAISSE, Genevieve; DUBY, Georges. **A história das mulheres, século XIX**. Afrontamentos, Porto. EBRADIL, São Paulo, 1991. P.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. Reforma da previdência e seguridade social: equidade de gênero e raça. In: CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **As mulheres na reforma da previdência: o desafio da inclusão social**. Brasília, 2003, p. 21-85.